

ADOECIMENTO MENTAL DA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

Krakimberi Suyá¹
Juliana Macedo Melo Andrade²

RESUMO: A saúde mental é uma preocupação global relevante, apesar da boa saúde física predominante. Muitos enfrentam desafios mentais significativos, incluindo comunidades indígenas, devido a fatores familiares, ambientais e financeiros (HERNANDES et al., 2022; SANTOS; FERREIRA, 2021; SOUZA; ROGERS; ROGERS, 2021; FRANÇA; FERRAZ, 2022). Este estudo buscou descrever os determinantes do adoecimento mental na população indígena brasileira, através de revisão integrativa da literatura dos últimos 10 anos, utilizando descritores como "Saúde Mental Indígena", "Doença Mental" e "Povos Indígenas". Os artigos selecionados evidenciaram a temática do suicídio entre os indígenas, apontando fatores de risco como invasão e falta de demarcação de terras, instabilidade familiar, violência sexual, consumo abusivo de substâncias, surgimento de doenças crônicas, isolamento social, perda de entes queridos, baixa escolaridade, condições socioeconômicas desfavoráveis, discriminação e preconceito. Destaca-se a urgência de políticas públicas e ações direcionadas à saúde mental dos povos indígenas brasileiros, considerando suas particularidades culturais e implementando estratégias preventivas e de promoção da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental Indígena. Doença mental. Povos indígenas.

MENTAL ILLNESS AMONG THE BRAZILIAN INDIGENOUS POPULATION

ABSTRACT: Mental health is a relevant global concern, despite the predominant good physical health. Many face significant mental challenges, including indigenous communities, due to familial, environmental, and financial factors. This study aimed to describe the determinants of mental illness among the Brazilian indigenous population through an integrative literature review of the last 10 years, using descriptors such as "Indigenous Mental Health," "Mental Illness," and "Indigenous Peoples." The selected articles highlighted the theme of suicide among indigenous peoples, pointing to risk factors such as land invasion and lack of demarcation, family instability, sexual violence, substance abuse, emergence of chronic diseases, social isolation, loss of loved ones, low educational attainment, unfavorable socioeconomic conditions, discrimination, and prejudice. The urgency of public policies and actions focused on the mental health of Brazilian indigenous peoples is emphasized, considering their cultural particularities and implementing preventive and health promotion strategies.

KEYWORDS: Indigenous Mental Health. Mental disease. Indian people.

INTRODUÇÃO

A temática da saúde mental é uma preocupação global, evidenciada pela recorrência de discussões contemporâneas e seu impacto na população mundial (FRANÇA, 2018). Embora a maioria das pessoas mantenha uma boa saúde física, muitas enfrentam desafios mentais significativos devido a fatores diversos, como questões familiares, ambientais e financeiras (ALCÂNTARA et al., 2022). Essa realidade se estende às comunidades indígenas, conforme destacado por França e Ferraz (2022), que analisaram o impacto psicossocial na migração do povo Warao da Venezuela para o Brasil.

¹ Graduação em Enfermagem. E-mail: suyakrakimberi@gmail.com

² Mestrado em Enfermagem. Universidade Evangélica de Goiás. E-mail: jumacedomelo@hotmail.com

Os povos indígenas brasileiros estão enfrentando mudanças culturais e sociais que impactam sua saúde, como mencionado por Oliveira e Rosa (2013). Desde a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) em 1992, a presença de profissionais de saúde especializados tem sido limitada, talvez devido à percepção equivocada de que os indígenas são imunes a transtornos mentais (GARNELO; PONTES, 2012). No entanto, dados de Campelo (2018) revelam taxas preocupantes de suicídio e abuso de substâncias entre os indígenas, indicando a urgência de intervenções eficazes.

A falta de compreensão sobre doenças mentais dentro das comunidades indígenas contribui para a subnotificação e subtratamento desses transtornos, como observado pela experiência pessoal da autora, um membro da comunidade Kisetjê. Embora tenham sido desenvolvidos materiais educativos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Organização Panamericana de Saúde (OPAS), a presença de trabalhadores não qualificados, como os Agentes Indígenas de Saúde (AIS), continua sendo um obstáculo significativo (BRASIL, 2019).

Portanto, é essencial qualificar os profissionais envolvidos no cuidado da saúde indígena, promovendo abordagens multidisciplinares e colaborativas em parceria com as lideranças comunitárias (SOBRAL, 2022a; SOBRAL 2022b; EL KADRI et al., 2022). Diante do exposto, pergunta-se: Quais os fatores que levam ao adoecimento mental da população indígena brasileira a partir de uma revisão integrativa da literatura dos últimos 10 anos?

Esta revisão busca identificar os fatores que influenciam o adoecimento mental na população indígena brasileira nos últimos 10 anos, destacando a complexa interação entre fatores socioculturais, ambientais e individuais.

A motivação para o desenvolvimento deste estudo reside na profunda preocupação com a saúde mental da população indígena brasileira, uma comunidade muitas vezes negligenciada e mal compreendida no contexto da saúde pública. Como enfermeira e membro da comunidade indígena, testemunhei os desafios enfrentados por meu povo, especialmente no que diz respeito à saúde mental.

Ao longo dos anos, tenho observado um aumento alarmante nos casos de transtornos mentais e suicídios entre os indígenas, um fenômeno que está intrinsecamente ligado às mudanças culturais, sociais e ambientais que afetam nossas comunidades. A falta de compreensão sobre doenças mentais, juntamente com a escassez de recursos e profissionais qualificados nas aldeias, contribui para uma situação preocupante de subtratamento e estigma.

Sinto-me impulsionada a investigar e compreender os fatores subjacentes a esse cenário, não apenas como profissional de saúde, mas também como membro da comunidade. Acredito firmemente que este estudo pode contribuir para a conscientização sobre a importância da saúde mental indígena

e fornecer reflexões valiosas para o desenvolvimento de políticas e práticas de intervenção mais eficazes.

Além disso, minha experiência pessoal como membro da comunidade Kisetjê me motiva a buscar soluções que sejam culturalmente sensíveis e empoderem nossa comunidade a lidar com os desafios de saúde mental de maneira holística e sustentável. Espero que este estudo ajude a promover mudanças positivas e significativas na abordagem da saúde mental indígena no Brasil, contribuindo para o bem-estar e a resiliência de nosso povo.

Esta pesquisa consiste em uma revisão integrativa da literatura sobre os determinantes do adoecimento mental na população indígena brasileira, visando uma compreensão abrangente do fenômeno estudado. A metodologia da revisão integrativa é utilizada para sintetizar estudos e analisar conceitos, teorias e problemas específicos, fornecendo reflexões valiosas para a comunidade acadêmica e para o público-alvo da pesquisa (MENDES et al, 2008).

Para esta investigação, a questão norteadora formulada foi: Quais são os fatores que contribuem para o adoecimento mental da população indígena brasileira? Os artigos científicos foram selecionados por meio de uma busca bibliográfica na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e PubMed, utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DECS), "Saúde Mental Indígena", "Doença Mental" e "Povos Indígenas".

A amostra foi composta por artigos publicados na íntegra entre 2012 e 2022, em português, selecionados com base nos critérios de inclusão definidos. Após o processo de refinamento, que incluiu a exclusão de resumos, revisões e artigos que não atenderam à pergunta norteadora, foram identificados seis artigos na BVS e dois na PubMed, dos quais três foram selecionados para análise detalhada devido à sua relevância para os fatores de adoecimento mental na população indígena brasileira.

A análise dos artigos selecionados foi realizada descritivamente, conforme os pressupostos de Ludke e André (1986), incluindo uma leitura exaustiva dos textos para identificar as ideias principais. Os dados foram organizados em um banco de dados e posteriormente submetidos à análise crítica e discussão dos resultados, permitindo a elaboração de considerações sobre o tema. Os estudos selecionados foram codificados para facilitar a síntese dos resultados, sendo representados pela letra "A" seguida do número correspondente ao artigo (Quadro 1).

Quadro 1: Relação dos artigos que em seu conteúdo indicavam “Os fatores que levam ao adoecimento mental da população indígena brasileira”. Anápolis, 2023.

Código	Título	Autor (Ano)	Periódico	Objetivo	Metodologia
A1	Suicídio na população indígena e não indígena: uma contribuição para a gestão em saúde	BRAGA et al, 2020.	Revista Brasileira de Enfermagem	Analisar o perfil sociodemográfico e epidemiológico de suicídio na população indígena e não indígena e a espacialidade do evento.	Estudo epidemiológico, descritivo, tendo como instrumento utilizado para direcionamento metodológico STROBE.
A2	Mortalidade por suicídio entre crianças indígenas no Brasil	SOUZA, 2019.	Cad. Saúde Pública	Descrever as características, a distribuição e as taxas de mortalidade por suicídio entre crianças indígenas no Brasil, comparativamente as não indígenas	Estudo descritivo, compreendendo o período de 2010 a2014.
A3	Suicídio em comunidades indígenas brasileiras: agrupamento de casos em crianças e adolescentes por domicílio	LAZZARINI et al, 2018	Rev. Saúde Pública	Estimar as taxas de suicídio específicas por idade e sexo, comparar as taxas de suicídio entre comunidades indígenas e quantificar a frequência de agrupamento de suicídio intrafamiliar.	Estudo de corte retrospectivo.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para a análise crítica de nível de evidência dos artigos selecionados, foi utilizada a proposta de Stetler *et al.* (1998), a qualidade das evidências é classificada em seis níveis:

Tabela 1 - Nível de evidência

Nível 1: Evidências resultantes de metanálise de estudos randomizados;
Nível 2: Evidências resultantes de estudos individuais com delineamento experimental;
Nível 3: Evidências resultantes de estudos quase-experimental;
Nível 4: Evidências resultantes de estudos descritivos e ou abordagem qualitativa;
Nível 5: Evidências resultantes de relatos de experiência ou relato de caso;
Nível 6: Experiências com base na opinião de especialistas.

Fonte: Stetler, *et al.*, (1998) - adaptado.

Todos os textos selecionados para compor a amostra deste estudo resultam de estudos descritivos e ou abordagem qualitativa, isto é, qualificam o nível 4 de evidência, conforme quadro 2.

Quadro 2 - Nível de evidência dos artigos selecionados para o estudo

Código dos Artigos	Nível de Evidência
A1, A2 e A3	4

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023

Os artigos analisados, em sua totalidade, abordam o comportamento suicida na população indígena, fornecendo informações relevantes sobre os fatores que podem contribuir para o adoecimento dessa comunidade especificamente. Desta forma, os resultados e discussão deste estudo serão apresentados em uma única categoria intitulada *Suicídio: fenômeno do adoecimento mental na população indígena brasileira*.

SUICÍDIO: FENÔMENO DO ADOECIMENTO MENTAL NA POPULAÇÃO INDÍGENA BRASILEIRA

Reuniram-se os conteúdos presentes nos artigos analisados (A1, A2 e A3), que discorrem sobre a mortalidade por suicídio na população indígena, os fatores de risco e causas que levam ao comportamento suicida entre os indígenas, incluindo: invasão e não demarcação das terras indígenas, instabilidade familiar, violência sexual, consumo excessivo de álcool e outras drogas, surgimento de doenças crônicas, isolamento e exclusão social, perda de entes queridos e proximidade da morte, baixa escolaridade e condições socioeconômicas desfavoráveis, discriminação e preconceito.

Os estudos destacam as taxas de mortalidade por suicídio na população indígena brasileira, evidenciando que a invasão e não demarcação das terras são o fator que mais causa adoecimento mental e suicídio. Os locais em que não há demarcação de terras indígenas é onde está o maior número de indígenas adoecidos mentalmente e as maiores taxas de morte por suicídio (BRAGA et al., 2020; SOUZA, 2019; LAZZARINI et al., 2018).

De acordo com CIMI (2022) altas taxas de desmatamento e invasões de Terras Indígenas no Estado do Amazonas, ocorreram em 2019, onde se localiza a maior presença de povos originários que nunca tiveram contato com não indígenas. Também foi relatado no mesmo estudo que a Terra Indígena Yanomami, desde a sua homologação em 2012, e principalmente na época da pandemia da COVID-19, vem sendo invadida por garimpeiros, fazendeiros e pessoas que querem se beneficiar com a riqueza da terra. E isso tem causado vários problemas à saúde, principalmente na parte de saúde mental, trazendo assim, maior probabilidade ao risco de suicídio.

Já no estudo de Silva (2018), há inúmeros procedimentos na tentativa de demarcação de terras indígenas sem êxito, e isso traz grande preocupação para este grupo. Também foram encontrados, no estudo de Castro Neto (2021), ataques de violência contra os patrimônios dos indígenas, desde a

colonização até os dias atuais, impactando a saúde dos povos originários, validando os resultados do presente estudo.

A1, A2 e A3 demonstram em suas pesquisas que a maior taxa de suicídio se encontra no público infantil, sendo que as taxas de mortalidade encontradas no artigo A1 foram de 44,8% no período de 2011 e 2015. A2 aponta que nas macrorregiões da região Norte e Centro-Oeste, foram registrados 94,5% dos casos de suicídio. E A3 refere que a faixa etária mais afetada está entre 10 e 14 anos de idade, sendo o método mais utilizado o enforcamento domiciliar (BRAGA et al, 2020. SOUZA, 2019. LAZZARINI et al, 2018).

Os estudos de Souza et al. (2020) trazem o mesmo resultado, apontando que a alta taxa de mortalidade por enforcamento acontece entre homens solteiros, na faixa etária de 4 a 15 anos, tendo como causa principalmente o sentimento de não fazer parte do grupo, baixa autoestima e desestruturação familiar.

Outro fator que contribui para o adoecimento mental dessa comunidade é a instabilidade familiar. A família é a base do desenvolvimento de uma criança e, quando essa criança se desenvolve em um meio familiar instável, são verificados severos danos comportamentais e emocionais futuramente. A2 menciona que a ausência de vínculo afetivo contribui para a vulnerabilidade emocional, dificultando o enfrentamento de situações adversas do cotidiano, o que torna o indivíduo mais propenso à prática de lesões autoprovocadas (SOUZA, 2019).

A desestruturação familiar não acontece somente no meio indígena. A desestabilização do ser humano, em suas diferentes fases, negligenciando sua saúde, poderá trazer consequências negativas para a vida daquele que é atingido (FREITAS et al., 2022).

A2 e A3 destacam que o abuso sexual infantil é outro fator de risco que traz sérias consequências, inclusive o adoecimento mental e o suicídio nesse grupo etário. A3 revela um elevado número de casos de abuso sexual em meninas com idade entre 9 e 14 anos. São vários os desafios que elas enfrentam, como gravidez na infância e na adolescência, evidenciando a alta vulnerabilidade emocional e social infantil (SOUZA, 2019; LAZZARINI et al., 2018).

Como aponta o CIMI (2022), no relatório anual foram registradas 14 ocorrências de abuso sexual em 2021. Isso aconteceu em diferentes estados do Brasil: Mato Grosso do Sul (6), Roraima (3), Mato Grosso (1), Amapá (1), Paraná (1), Rio de Janeiro (1) e Rio Grande do Sul (1), contra crianças de 3 e 5 anos, adolescentes de 13 e 14 anos, além de uma idosa com deficiência visual. Na tribo indígena Yanomami o abuso sexual se tornou constante, onde os garimpeiros têm aliciado por meio de alimentos e objetos industrializados. Outra estratégia usada pelos agressores é dar bebida alcoólica para torná-las mais indefesas (CIMI, 2022).

Outro fator relevante para a maior incidência de suicídio nas comunidades indígenas é o consumo excessivo de álcool e outras drogas. As regiões e cidades que tiveram maior número de casos de suicídio foram a região de Mato Grosso do Sul, Amazonas (no município de Santa Izabel do Rio Negro), São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e o município de Altamira, no estado do Pará. A1, A2 e A3 ressaltam que há vários motivos que levam ao aumento do consumo de álcool e outras drogas, contudo, o principal motivo para o abuso dessas substâncias nas comunidades indígenas brasileiras está relacionado à fuga e à anestesia diante de uma realidade difícil, incerta e cheia de conflitos, caracterizada pela intensa aproximação com a população urbana, dificuldade de adaptação dos indivíduos desse grupo étnico às áreas urbanas, influência cultural de outros grupos étnicos, perda da cultura e dos territórios (BRAGA et al., 2020; SOUZA, 2019; LAZZARINI et al., 2018).

Melo et al. (2023) afirmam que são várias as causas que contribuem para o consumo de álcool e outras drogas, e isso é preocupante para a saúde pública. Os autores ainda destacam que o uso abusivo pode provocar danos físicos e psíquicos na pessoa, resultando em acidentes, violências, homicídios, suicídios e doenças causadas pelo álcool. Também menciona em seu estudo que os indígenas já consomem bebidas fermentadas e preparadas por eles mesmos, utilizadas em momentos particulares. Isso corrobora com a pesquisa de Batista e Zanello (2016), cujo principal fator de suicídio entre os indígenas é o consumo de álcool.

A1 aponta que a população idosa também está sujeita ao adoecimento mental relacionado ao surgimento de doenças crônicas e, conseqüentemente, ao isolamento e à exclusão social. O impacto biopsicossocial para a pessoa idosa em uma comunidade indígena é evidente e marcado pelo isolamento e pela exclusão social. Essas pessoas são afastadas pelos familiares, dificultando sua participação em cerimônias culturais que geralmente ocorrem no centro das aldeias (BRAGA et al., 2020).

A perda de entes queridos por suicídio e a proximidade da morte são outros fatores evidenciados em A1 e A2 que comprometem a saúde mental da população indígena. Essas famílias ficam mais vulneráveis ao adoecimento psíquico e apresentam maior incidência de comportamento suicida, pois temem vivenciar o mesmo processo que seus parentes passaram, e o recurso que encontram para enfrentar a dor e o luto é o suicídio. Isso ocorre em todas as faixas etárias. A1 descreve, como fator de proteção primordial, a união dos familiares nesses momentos de luto e na proximidade da morte para minimizar angústias, ansiedade e preocupações (BRAGA et al., 2020; SOUZA, 2019).

Conforme o estudo de El Kadri et al. (2021), é abordado que a pandemia pela COVID-19 prejudicou a saúde emocional e física da terceira idade. No estudo de Pereira et al. (2021), os indígenas já são vulneráveis a enfermidades agudas e crônicas. A pandemia pela COVID-19 agravou a saúde

emocional desse público, que teve que se isolar daqueles que estavam infectados. Várias comunidades perderam seus anciãos, o que gerou angústia, ansiedade e medo entre os idosos e seus familiares.

A1, A2 e A3 também discorrem em seus estudos a baixa escolaridade e as condições socioeconômicas desfavoráveis enfrentadas pelos povos indígenas brasileiros. Isso também desencadeia o adoecimento psíquico e o suicídio. Esses impactos negativos têm provocado consequências na saúde dessa população, como desemprego, pobreza, exclusão social, falta de esperança, conflitos e sofrimentos. Sendo assim, essas famílias têm um elevado comprometimento na qualidade de vida e um aumento do risco de comportamento suicida. Comparando as etnias Bororo e Guarani-Kaiowá, a taxa de suicídio do povo Bororo é quase 90%, enquanto os Guarani-Kaiowá têm uma taxa de 30%. A população indígena enfrenta grandes desafios e barreiras na educação, saúde, moradia precária nas cidades e outras escassezes de oportunidades (BRAGA et al., 2020; SOUZA, 2019; LAZZARINI et al., 2018).

Campos e Campos (2023) afirmam em seu estudo que há despreparo dos indígenas na inserção para residir em áreas metropolitanas, tanto para a comunidade acadêmica quanto para aqueles que saíram com suas famílias em busca de qualidade de vida. Marubo (2023) concorda com Campos e Campos (2023) ao descrever a imigração dos povos originários em busca de uma educação de qualidade e de conhecimento científico. A saída dos familiares em busca de melhoria na qualidade de vida também tem levado a uma calamidade com o aumento dos indígenas no município de Atalaia do Norte, o que trouxe vários problemas tanto para essa cidade quanto para os próprios indígenas da região. Isso ocorre em consequência das amizades erradas com não indígenas, resultando em homicídios, suicídios e, principalmente, adoecimento psíquico.

Por fim, A2, em seu estudo, destaca outro fator de risco que leva ao adoecimento mental dos indígenas: a discriminação e o preconceito. Esses comportamentos implicam em transtornos mentais. A autoafirmação étnica tem provocado bullying nas escolas da cidade por parte dos colegas, afetando o emocional dos alunos indígenas (SOUZA, 2019).

No tempo atual, os indígenas estão cada vez mais deixando seus locais de origem para viverem nas cidades, por múltiplos propósitos. Lira et al. (2023) apresenta em sua pesquisa que a tentativa dos nativos de concluírem o ensino médio e superior para terem uma boa condição de vida muitas vezes encontra barreiras linguísticas e culturais. É muito importante que as escolas, os professores e os alunos tenham conhecimento sobre as culturas indígenas para evitar certos preconceitos contra os povos originários.

Silva e Vergolino (2020) destacam que não são apenas os alunos do ensino fundamental que vêm sofrendo discriminações nas escolas, mas também dentro das universidades. A violação dos

direitos indígenas tem contribuído para a violência e o ódio contra essa população. Os mesmos autores reforçam a importância da preparação das universidades para acolher os docentes, pois diariamente eles são atacados por terem desejos e necessidades de crescimento pessoal e melhoria para seu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foram analisados os fatores que contribuem para o adoecimento mental da população indígena brasileira, com foco específico no fenômeno do suicídio. Os resultados obtidos a partir da revisão da literatura dos últimos dez anos revelaram informações relevantes sobre os aspectos que podem levar os indivíduos indígenas a enfrentarem um maior risco de comportamento suicida.

A categoria intitulada "Suicídio: fenômeno do adoecimento mental na população indígena brasileira" reuniu os conteúdos dos artigos analisados (A1, A2 e A3) e destacou diversos fatores de risco e causas que influenciam o aumento da prevalência do suicídio entre os indígenas. Entre esses fatores, foi observado que a invasão e a não demarcação das terras indígenas têm um impacto significativo na saúde mental dessa população, gerando instabilidade e vulnerabilidade social.

A violência sexual, o consumo excessivo de álcool e outras drogas, o surgimento de doenças crônicas, o isolamento e a exclusão social, a perda de entes queridos e a proximidade da morte, a baixa escolaridade e as condições socioeconômicas desfavoráveis, além da discriminação e do preconceito, também foram identificados como fatores que contribuem para o adoecimento mental e o comportamento suicida.

Esses resultados destacam a necessidade de ações e políticas públicas direcionadas para a saúde mental da população indígena brasileira. É fundamental que sejam implementadas estratégias de prevenção e promoção da saúde, levando em consideração os fatores específicos e as particularidades culturais desse grupo.

Além disso, é essencial fortalecer o sistema de saúde nas comunidades indígenas, oferecendo um atendimento integral e qualificado, com profissionais capacitados para lidar com as demandas específicas dessa população. A formação de equipes multiprofissionais e a criação de redes de apoio comunitário são medidas que podem contribuir para a prevenção do suicídio e o cuidado com a saúde mental.

É importante ressaltar que esta investigação se concentrou na temática do suicídio, mas existem outros aspectos relacionados ao adoecimento mental que também merecem atenção. Futuros

estudos podem abordar questões como a depressão, a ansiedade e o impacto da colonização e do processo de aculturação nas comunidades indígenas.

Em suma, este estudo proporcionou uma compreensão mais aprofundada dos fatores que levam ao adoecimento mental e ao suicídio na população indígena brasileira. Os resultados obtidos podem servir como base para a elaboração de estratégias de prevenção e intervenção, com o objetivo de reduzir o sofrimento psíquico e promover o bem-estar dessas comunidades. A saúde mental dos povos indígenas é um aspecto crucial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, e seu cuidado deve ser uma prioridade para as políticas de saúde no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Vírnia Ponte et al. Perspectivas acerca do conceito de saúde mental: análise das produções científicas brasileiras. análise das produções científicas brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 27, n. 01, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2022.v27n1/351-361/pt>. Acesso em: 26.abr. 2022.

BATISTA, Marianna Queiróz; ZANELLO, Valeska. Saúde mental em contextos indígenas: Escassez de pesquisas brasileiras, invisibilidade das diferenças. **Estudos de Psicologia** (Natal), v.21, p. 403-414, 2016.

BRAGA C. M. R., et al. Suicide in indigenous and non-indigenous population: a contribution to health management. **Rev Bras Enferm.** 2020;73(Suppl 1):e20200186. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0186>. Acesso em: 25.mar.2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Atenção psicossocial aos povos indígenas: tecendo redes para promoção do bem viver. **Tecendo redes para promoção do bem viver.** 2019. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Atencao_Psicossocial_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 18.abr.2022

CASTRO NETO, Manoel Felício de Almeida e. **O impacto da pandemia da Covid-19 nos territórios indígenas do Brasil.** 2021. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em Geografia), Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/29918>. Acesso em: 13.jun.2023

CAMPELO, Lilian. Taxa de suicídios entre indígenas é três vezes superior à média do País. **Brasil de Fato.** São Paulo, 24 set. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/24/taxa-de-suicidios-entre-indigenas-e-tres-vezes-superior-a-media-do-pais>. Acesso em: 25 nov. 2022.

CAMPOS, M. B. de; CAMPOS, T. A B. Urbanização dos indígenas à luz da teoria urbana crítica: interpretações a partir dos pataxós na região metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 420–440, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspaçoAmeríndio/article/view/130870> Acesso em: 14.jun. 2023.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil** – dados de 2021. 2022. Organismo vinculado à Conferência de Bispos do Brasil – CNBB. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/>. Acesso em: 13.jun.2023.

EL KADRI, Michele Rocha; et al. **Bem Viver**: saúde mental indígena. *Saúde Mental Indígena*. 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/47089>. Acesso em: 13.jun.2023.

FRANÇA, Ludimilla Teixeira; FERRAZ, Sueli Marques. **Aspectos psicossociais dos indígenas Warao em Araguaína**: os conflitos culturais. 2022. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1465>. Acesso em: 28.abr.2022.

FREITAS, Rodrigo Jacob Moreira de; et al. Violência contra Crianças e Adolescentes em Sofrimento Psíquico: percepção dos profissionais de saúde. **Percepção dos Profissionais de Saúde**. 2022. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3555>. Acesso em: 13.jun.2023.

GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Org.). **Saúde Indígena**: uma introdução ao tema. Brasília: MEC-SECADI, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf. Acesso em: 13.abr.2022.

LAZZARINI, Thomas Adriano; et al. Suicídio em comunidades indígenas brasileiras: agrupamento de casos em crianças e adolescentes por domicílio. **Revista de saúde pública**, v.52, 2018.

LIRA, L. N. de L.; SIMAS, H. C. P.; SOUZA, A. H. C. de; MENEZES, R. O. Prática docente no contexto intercultural de escolas urbanas em Boa Vista (RR). **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 40, p. 51–65, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1088> Acesso em: 14.jun.2023.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MARUBO, J. E. Ocupações urbanas indígenas: observações sobre o caso dos indígenas do vale do javari em Atalaia do Norte (Amazonas, Brasil). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 406–419, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/131050> Acesso em: 14.jun.2023.

MELO, Juliana Rízia Félix de et al. Discursos e representações sobre o uso/abuso do álcool: um estudo da comunidade indígena. **Saúde em Debate** [online]. v. 37, p. 185-193. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042013E19>. Acesso em: 25.mar.2024.

MENDES, Karina Dal Sasso, SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira e GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. v. 17, n. 4, pp. 758-764. 2008.

MIRANDA, Antônio José. **Bioética e a saúde Mental**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Medicina do Porto, 2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22144/3/Biotica%20e%20Sade%20Mental.pdf> Acesso em: 09.dez.2022.

HERNANDES, Raphaela Schiassi; et al. Desvendando os laços familiares após uma sentença: um olhar da terapia ocupacional. **Research, Society and Development**, v.11, n.1, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25259/22138>. Acesso em: 26.abr.2022

OLIVEIRA, Raimunda Nonato da Cruz; ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. **Saúde mental indígena: os desafios para uma ressignificação do conceito e da política**. 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo14-teitoriospovoscomunidadestradicionaispoliticaspublicas/pdf/saudementalindigena-osdesafiosparaumaressignificacaodoconceitoedapolitica.pdf>. Acesso em: 24.mai.2022

SANTOS, Elenice Peixoto da Costa dos; FERREIRA, Paulo Roberto dos Santos. **Correlacionando fatores ambientais e o comportamento de autolesão**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4655/1/ElenicePeixotodaCostadosSantos.pdf>. Acesso em: 26.abr.2022.

SILVA, Vanessa Mirele da; VERGOLINO, Eduardo Barbosa. **Os preconceitos vivenciados pelos alunos indígenas nas universidades**. 2020. Disponível em: www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/9098/7381 Acesso em: 14.jun.2023

SILVA, E. C. DE A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 480–500, set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.155>. Acesso em: 25.mar.2024.

SOBRAL, Fábio Batista. **Monitorando o uso de álcool entre indígenas**. 2022a. Disponível em: <https://www.recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1307/1012>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SOBRAL, Fábio Batista. **Por uma atenção diferenciada em saúde indígena**. 2022b. Disponível em: <https://www.recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1369/1039>. Acesso em: 14.out.2022.

SOUZA, Guilherme Santos; ROGERS, Pablo; ROGERS, Dany. **Endividamento, Qualidade de Vida e Saúde Mental e Física**. 2021. Disponível em: <http://www.poncedaher.net.br/egen/sites/default/files/Endividamento%2C%20Qualidade%20de%20Vida%20e%20Sa%C3%BAde%20Mental%20e%20F%C3%ADsica.pdf>. Acesso em: 26.abr.2022

SOUZA, Ronaldo Santhiago Bonfim de; et al. Suicídio e povos indígenas brasileiros: revisão sistemática. **Revista Panamericana de Salud Pública** [online]. v. 44, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2020.v44/e58/#> Acesso em: 13.jun.2023

SOUZA, M. L. P. DE. Mortalidade por suicídio entre crianças indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00019219, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019219>. Acesso em: 25.mar.2024.

STETLER, C. B. et al. Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. **Applied Nursing Research**, v. 11, n. 4, p. 195-206, Elsevier BV, nov. 1998.